

ENERGIA EM MS

Conselho discorda de reajuste e quer redução da tarifa

Acréscimo previsto na conta seria desproporcional



MOTIVO. Agência incluiu nas razões para o aumento R\$ 15 milhões gastos na distribuição de energia

CLODOALDO SILVA
DE BRASÍLIA

O Conselho de Consumidores da Área de Concessão da Energisa-MS (Concen) vai protocolar nos próximos 10 dias na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) recurso para tentar diminuir o reajuste da tarifa de energia elétrica, que será de até 10,65%. De acordo com a presidente do Concen, Rosimeire Costa, a entida-

de, ao analisar as planilhas de custos apresentadas pela empresa, verificou que cabos de fios elétricos estavam com valores acima do praticado no mercado, que a quantidade de medidores trocados é muito elevada, que há deficiência na distribuição de energia elétrica, que prejudicam os produtores rurais.

No questionamento que fez durante aprovação do reajuste, a presidente do Concen

discordou da inclusão R\$ 15 milhões que a empresa alega ter gasto para melhorar a distribuição da energia elétrica.

Também apresentou uma planilha comparando o valor que a Energisa alegou ter pago por cabos elétricos, com valor 31% superior ao um similar usado pela Cemig (Empresa que atende o estado de Minas Gerais) e também questionou o gasto de R\$ 41 milhões na compra de 408 mil medidores

10,65%

SERÁ A ALTA
Na conta de energia para o consumidor residencial e 7,91% para o setor industrial.

do consumo de energia elétrica. “São itens que aumentam o valor que o consumidor paga pela energia elétrica”, enfatizou Rosimeire Costa.

Ela disse que, em virtude de o relatório ter sido disponibilizado na quarta-feira, a entidade não teve tempo de apresentar nenhum recurso antes da reunião da diretoria da Aneel, por isso esse procedimento será adotado nos próximos 10 dias, prazo para questionamento antes da homologação do reajuste.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, destacou que os questionamentos em “relação aos custos são bem-vindos”, reconhecendo que a entidade teve pouco tempo para analisar o relatório que definiu os reajustes da tarifa de energia elétrica.

O representante da Energisa-MS na audiência pública, Fernando Maia, diretor de Estratégia e Assuntos Regulatórios, enfatizou que a reivindicação em relação aos serviços no setor rural “é uma reclamação do Brasil inteiro, porque, quando você tem consumidores mais próximos um do outro, menor é o custo” e que os questionamentos da presidente do Concen serão analisados. “A empresa adquire o material que usa nas melhores práticas do mercado”.

Aneel diz que aumento é fruto de investimentos

DANIELLA ARRUDA

A revisão tarifária da energia elétrica no Estado foi concedida pela Aneel de acordo com o volume de investimentos realizados no sistema de energia sul-mato-grossense ao longo dos últimos cinco anos (esse montante chegou a R\$ 1,127 bilhão) e a eficiência do que foi investido nesse período.

O índice de aumento representa o segundo menor entre as unidades da federação, atrás apenas do concedido pela agência para a CPFL, que atende parte dos municípios do interior de São Paulo (5,33%), informou ontem em coletiva à imprensa o diretor-presidente da Energisa MS, Marcelo Vinhaes Monteiro.

“Como concessão, Mato Grosso do Sul traz um desafio diferente de outros Estados menores, mais densos e mais populosos, que é buscar mais eficiência”, destacou, frisando que, entre 2014 e este ano, a empresa subiu da 35ª para a 13ª posição no ranking de eficiência operacional da Aneel. Ainda conforme o dirigente da Energisa MS, os investimentos que começam a ser aplicados neste ano só serão incorporados à próxima revisão tarifária em 2023, “a menos que hajam mudanças setoriais”.

Anualmente, são concedidos reajustes que levam em conta as variações do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), aferido pela Fundação Getúlio Vargas. A revisão tarifária será aplicada a 1 mi-

lhão de consumidores, em 74 municípios de MS.

COMPONENTES
O gerente corporativo de regulação econômica da Energisa MS, Felipe Tenório Vicente, alegou que durante o processo de revisão tarifária, realizado a cada cinco anos por determinação da própria Aneel – “esse processo não parte de um pedido da própria empresa, como ocorre nos reajustes [anuais], é a Aneel que detém, coordena, define e fiscaliza”, enfatizou –, todos os custos que formam a cadeia são verificados.

Para efeito do cálculo neste ano de 2018, foram considerados transporte de energia (7,2%), geração de energia (31,0%) e encargos setoriais e impostos (35,5%), componentes que integram a chamada parcela B (totalizando 73,7% do índice). “É tudo aquilo que não é de gestão da Energisa e por esse motivo é repassado pela empresa aos demais entes”, explicou. Já a distribuição de energia, responsável por 26,3%, consiste na Parcela B e é utilizada pela empresa para pagamento de salários e outros custos.

“Na prática, a partir do dia 8 de abril, um consumidor que pagar uma conta no valor de R\$ 100, R\$ 26,30 a Energisa retém e o restante ela repassa para os demais agentes do sistema de energia”, completou.

Cerca de 99 mil consumidores não recebem subsídio da tarifa social

Mesmo com perfil para receber o subsídio da tarifa social da energia elétrica, 99 mil consumidores ainda não são atendidos pelo benefício em Mato Grosso do Sul. Esse contingente equivale a 43% dos clientes identificados pela Energisa MS para cadastramento na tarifa Baixa Renda no Estado.

“Temos 230 mil unidades, ou 230 mil consumidores [para receber a tarifa social], mas hoje só estão cadastrados 131 mil consumidores no Estado. Temos um potencial muito grande para crescer nisso. As pessoas têm esse direito,

poderiam estar sendo beneficiadas, mas não estão sendo. Esses consumidores podem receber desconto de até 65% na tarifa”, destacou o diretor-presidente da Energisa MS, Marcelo Vinhaes Monteiro.

Ainda segundo o dirigente, a concessionária tem realizado um trabalho proativo, buscando as prefeituras e as associações de bairro, mas enfrenta dificuldades para expandir a ação. “As pessoas não mantêm o cadastro atualizado ou não fazem cadastro”, comentou.

A tarifa social de energia Elétrica, também conhecida como baixa renda, é escalo-

nada por faixas de consumo, com valores mais baixos do que os praticados nos consumidores residenciais normais, subsidiada para consumo até 220 kWh.

REGRAS
Tem direito ao benefício famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal com renda mensal por pessoa menor ou igual a meio salário mínimo; com renda mensal de até três salários mínimos, que tenham entre os moradores pessoa com doença ou deficiência cujo tratamento ou procedi-

mento médico requer o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica; famílias com Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), Lei Loas; e famílias indígenas ou quilombolas.

Os documentos necessários para cadastro são: o número de identificação social (NIS), CPF e documento de identificação pessoal com foto e conta de energia elétrica, e, no caso de famílias com BPC, é preciso levar o BPC ou a carta de concessão do INSS. **(DA)**



ENERGISA. A concessionária tem feito ações para divulgar o benefício

PECUÁRIA

Brasil receberá certificado de área livre da aftosa

O reconhecimento formal do Brasil como área livre da febre aftosa com vacinação será feito em 20 de maio pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em congresso da entidade, em Paris. A informação foi dada pelo senador Waldemir Moka (MDB-MS). A erradicação

alcança 25 Estados, como Mato Grosso do Sul, e o Distrito Federal. Para o senador Moka, autor da proposta da sessão, a decisão da OIE é “um marco e uma grande conquista histórica. É abertura ainda maior de mercados para nossos produtos”.

LEVANTAMENTO

Venda de automóveis teve aumento de 29,8%

A Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores apurou o desempenho dos emplacamentos de veículos em 2018. Segundo a pesquisa, em março, houve crescimento de 29,80% nos emplacamentos em relação a fevereiro, totalizando

298.604 unidades. Já na comparação com o mesmo período de 2017, o avanço foi de 5,66%. No primeiro trimestre de 2018 o setor acumulou 797.719 unidades emplacadas, o que representa 12,09% a mais que o total do mesmo período do ano passado.

SIMPLES NACIONAL

Congresso derruba veto ao Refis e beneficia micro

O Congresso derrubou ontem o veto do presidente Michel Temer ao programa de refinanciamento de dívidas das micro e pequenas empresas (o refis das PMEs). Ele havia sido aprovado em dezembro, mas barrado pelo presidente em janeiro, por limitações orçamentárias.

O veto foi derrubado pela Câmara por 346 votos a 1; no Senado, o placar foi de 53 votos a zero. O programa beneficiará cerca de 600 mil empresas cadastradas no Simples Nacional que devem, juntas, aproximadamente R\$ 21 bilhões em impostos.

INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 03 de abril de 2018

UNIDADES FISCAIS					
Em R\$					
UFERMS (abril)	25,52				
UAM/MS (abril)	3,5598				
UFIR (Out 00)	1,0641				

INFLAÇÃO						
Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente						
ÍNDICES	DEZ	JAN	FEV	MAR	12M.	
IPC do IBGE (%)	0,44	0,29	0,32	-	2,84	
INPC/IBGE (%)	0,26	0,23	0,18	-	1,81	
IGP-M/FGV (%)	0,89	0,76	0,07	0,64	0,20	
IGP-D/FGV (%)	0,74	0,58	0,15	-	-0,19	
IPC/Fipe (%)	0,55	0,46	-0,42	-	2,07	
IPC (C. GDP) (%)	0,42	0,46	0,34	-	2,49	

POUPANÇA			
ANTIGA POUPANÇA (Dep. feitos até 03/05/2012) 4/4 = 0,5000			
NOVA POUPANÇA (Dep. feitos a partir de 04/05/12) 4/4 = 0,3855			
CÂMBIO			
Em R\$			
Moeda	Compra	Venda	
DÓLAR COMERCIAL	3,337	3,339	
DÓLAR TURISMO (BB)	3,327	3,48	
DÓLAR PARALELO	3,3133	3,3139	

SALÁRIO MÍNIMO	
Janeiro/2018	
R\$ 954	
ALUGUEL	
Reajustes de aluguel e outros contratos Acumulado % até julho(*) _____ até agosto(*)	
Índices Trim. Quad. Sem. Anual Trim. Quad. Sem. Anual	
Fipe -0,45 0,99 2,27 5,38 0,54 0,79 2,08 5,49	
IGP-DI -1,63 -1,19 1,13 5,05 -1,12 -1,57 0,34 4,63	
IGP-M -1,48 -0,70 1,34 5,32 -1,61 -1,74 0,68 4,89	
INPC -0,99 1,78 3,27 6,33 0,57 1,17 2,80 6,35	
*Acumulado até julho reajusta aluguéis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.	

INSS	
Contribuição à Previdência Social	
Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2018.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.693,72	8
De 1.693,73 até 2.822,90	9
De 2.822,91 até 5.645,80	11
Portaria interministerial MPS/MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017	

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
954,00	5*
954,00	11**
954,00 até 5.645,80	20
* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo ou que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência - Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011	
** Plano simplificado - Lei complementar 123, de 14/12/2006.	

AGROPECUÁRIO		
Fechamento: 03 de abril de 2018		
Grãos	MÍNIMO	MÁXIMO
Milho (40 kg)	30,00	30,00
Soja (60 kg)	63,00	69,00
Algodão (60) caroço tipo 6	28,20	28,20
Fonte: www.ceasa.ms.gov.br		
Bovinos		
Arroba à vista e livre de FUNRURAL		
Boi - Região Centro de MS		131,01
Vaca - Região Centro de MS		119,68
Vaca - Região Sul de MS		122,47
Fonte: www.famasul.com.br		